

O impacto da Covid-19: uma reflexão sobre as medidas económicas e administrativas do Governo como almofada para aliviar a pressão financeira dos agentes económicos

Paulo Vica¹

Introdução

Angola tem sofrido bastante com a queda do preço de petróleo. Nos últimos três anos, a economia angolana registou recessões económicas consecutivas, o que a torna dependente de financiamentos — externos —, agravada pela oscilação da taxa de câmbio e, concomitantemente, pelo aumento do peso da Dívida Pública no Orçamento Geral. E, como se já não bastasse, o mundo, e em particular Angola, vivem nos dias de hoje o impacto da Covid-19, uma crise de saúde pública, com reflexo imediato na segurança pública, pois desta vez as repercussões — económicas, sociais, políticas, culturais, demográficas e psicológicas — são bem maiores. Trata-se de um inimigo invisível que tem fustigado a população, e os sistemas de saúde pública vêm-se incapazes de responder no momento ao desafio imposto por esta pandemia, obrigando os governos a alterar os modos de vida das populações. A Covid-19, diferente de outras enfermidades, não tem poupado nem as grandes economias, e muito menos as economias do terceiro mundo, sobretudo as mais vulneráveis, dependentes do petróleo — Angola —, num momento em que este mercado vive um desentendimento entre a Rússia e a Arábia Saudita.

O começo da Covid-19 e os seus males na economia

A questão da insegurança pública, resultante da ameaça na saúde pública, teve início nos finais de Dezembro de 2019, na China, concretamente em Wuhan. Nos finais de Janeiro alastrou na Europa e, em finais de Fevereiro, disseminou-se nas Américas e, em Março, intensificou-se em quase todo o mundo. A pandemia de Covid-19 está a sufocar as grandes economias, que passaram a viver o pesadelo, já habitual de alguns países africanos, latinos e asiáticos, em relação das elevadas taxas de mortalidade. O que de modo algum estes países não devem fazer é dar-se ao luxo, neste momento, de olhar para as grandes economias como as suas alavancas — lâmpadas mágicas — para financiar os seus défices primários e de capitais, como já é hábito, antes pelo contrário, devem reajustar os seus orçamentos em função do actual cenário que o mundo vive.

1 Consultor económico e docente universitário.

Como o governo angolano está a responder aos efeitos da Covid-19 na economia?

Não nos parece fácil a implementação de medidas económicas que visem criar uma almofada financeira, no curto prazo, quando, em princípio, o próprio governo foi o responsável pelo desligamento — *shut down* — da economia, como medida de segurança pública em detrimento do bem maior — a vida.

Concordamos que a vida é um bem maior, que deve ser respeitada e protegida, que está acima de qual quer outra coisa, conforme reza a Constituição da República Angolana, mas convenhamos também que necessita de manutenção constante e, se quisermos ser precisos e directos, no dia-a-dia.

Falar sobre a manutenção da vida requer satisfazer algumas necessidades básicas do ser humano, sobretudo a que diz respeito à alimentação.

Sem produção não será possível a manutenção da vida. Não percamos de vista, que o *stock* de bens alimentares disponível no país garantirá o abastecimento das famílias por aproximadamente mais cinco meses. E, depois deste período, se não houver produção, o que será do bem vida?

Estamos cientes da tragédia que Angola poderá enfrentar nos próximos cinco meses com a falta de produção, porque desta vez trata-se da produção mundial, com reflexos nas transacções comerciais locais. O país poderá enfrentar uma escassez gritante de alimentos e de outros bens essenciais.

O impacto da falta de produção sobre o rendimento

Nem os peritos em gestão conseguirão safar-se desta encruzilhada, pois não se trata de habilidades, mas de factos matemáticos, que mostram que sem produção não há rendimentos. Pior ainda estão as instituições «reles», cujos administradores são medíocres em gestão, em menos de trinta dias de suspensão das actividades comerciais, face à pandemia, revelaram o défice de tesouraria que há muito escondiam. Apresentaram dificuldades para honrarem com os pagamentos de ordenados a 100% e de outros compromissos assumidos. O que mais preocupa nestas instituições são as que

se dizem ser grandes, cujas estruturas arquitectónicas, com paredes de mármore, impressionam os nossos olhos.

Como se disse, não haverá fórmulas mágicas. Caso a situação da qual vivem os comerciantes se arraste por mais tempo, escassearão recursos — rendimentos — para empresas, famílias e para o próprio governo, uma vez que a economia funciona em circuito. Muitas destas organizações dependem de matérias-primas importadas ou mesmo da importação de bens finais que sustentam as suas actividades comerciais e de mão-de-obra estrangeira. Quando se assiste a um isolamento mundial e à diminuição da produção das grandes economias, limita-se a exportação.

Resposta do governo angolano

Surpreendentemente, o governo angolano, teve uma crise de compaixão com a sua população: adoptou rapidamente medidas de prevenção contra a Covid-19, enquanto alguns países europeus e americanos até desdenhavam da força desta pandemia e hoje estão a pagar por isso. Angola, e, particularmente, a equipa de saúde começaram a desenvolver estratégias de prevenção junto dos seus aeroportos e fronteiras, com resultados positivos, e mais tarde decretou-se o estado de emergência, obrigando a encerrar a circulação com o exterior, os espaços aéreos, marítimos e terrestres, impedindo também à circulação local — interprovincial — de pessoas por um período de quinze dias com prorrogações.

Se por um lado houve uma equipa do governo especializada em saúde pública, por outro houve uma demora por parte de uma equipa multi-sectorial, antecipando os efeitos, económicos e financeiros, preliminares que este isolamento, em detrimento da segurança pública, traria ao país.

A economia nacional está bastante fragilizada devido ao petróleo, um mercado que tem vivido nos últimos três anos uma grande volatilidade no seu preço, sendo o sector que mais contribui para o PIB. Além disto, verificam-se constantemente gastos públicos em bens e/ou serviços de luxos, assim como a inserção de novos impostos, tornando as vidas das famílias e das empresas um terror económico.

Sem produção não haverá rendimentos. O índice de desemprego vai-se agudizar cada vez mais, quer queiramos, quer não. Trata-se de uma constatação mais académica do que meramente política.

O alívio económico, com vinte e uma medidas, hoje adoptado pelo executivo, que é de louvar, permitirá em parte o desafogo na vida, já fragilizada, dos agentes económicos, mas poderia ser melhor se quiséssemos tornar a situação ainda controlável e sustentável, durante o período em que se aguarda pela descoberta da vacina para a Covid-19, nos grandes centros de investigação epidemiológica — estrangeiros —, já que por cá as nossas unidades de ensino de saúde se limitarão a esperar. Este é o medo do executivo. Para tal, seria prudente apostar de forma séria na prevenção, como fazem alguns países, como arma para a contenção do alastramento da Covid-19 no nosso território.

As empresas estão apertadas, estão a sufocar, necessitam de oxigénio financeiro por parte do governo, não somente as do sector primário, e talvez as secundárias, mas também a que figuram no sector terciário, fazendo parte do programa de alívio económico de forma extensiva, mormente com financiamentos, subsídios, além do alívio de encargos tributários, ora previstos, temporariamente.

As questões que se impõem são: Qual o papel do Instituto Nacional de Segurança Social nestas horas? Porquê somente os funcionários — públicos — gozam deste direito? Não seria uma medida justa incluir o sector privado, para aliviar as empresas?

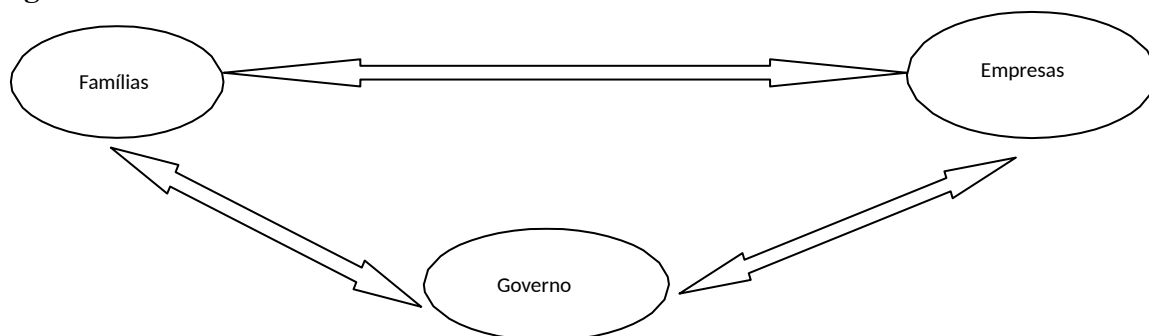
Se, por um lado, o sector público está a ressentir-se da crise, agudizada, provocada por esta maldita pandemia, não estará o sector privado mais ainda? Já que há falta de apoio em alguns sectores, o elevado custo de produção e ausências de taxas de juros atractivas infernizam o dia-a-dia destes aventureiros empresários.

E está mais do que na hora de as seguradoras — públicas ou privadas — injectarem dinheiro na economia, pois não haverá escapatória para ninguém, basta que se apercebam que a economia funciona como um circuito, sendo necessário que alguém gaste/consuma/invista, para que, do outro lado, alguém receba. Esta percepção é também vista nas características ou propriedade da moeda — meio de circulação —, sem as quais não existirão trocas comerciais. A situação poderá piorar caso se arraste

por mais tempo. Não virão apoios tão cedo das lâmpadas mágicas, logo, precisamos de agir para ganhar tempo até que o milagre da cura surja.

O governo já se apercebeu do impacto da Covid-19 na economia, na medida em que abdica, temporariamente, das receitas dos impostos, mormente: o imposto industrial, numa cifra de mais ou menos Akz 148 mil milhões, que deveriam ser arrecadados no exercício económico de 2020, assim como o imposto de segurança social, a rondar em mais ou menos Akz 29 mil milhões; a continuidade da execução das obras aprovadas pelo PIIM em algumas províncias; a implementação de linhas de créditos obtidas — externa e internamente — para financiar sectores ligados actividades primárias e secundárias, em princípio com dilatação de prazos e moratórias, assim como aplicação de taxas de juros baixas, atractivas, para desafogar a pressão das empresas; reposição da capacidade de consumo das famílias, com a devolução dos 3% da segurança social — quando ao nosso ver se deveria abdicar também do IRT — e outras medidas administrativas, como a desburocratização de emissão de alguns documentos exigidos para o exercício da actividade empresarial; o impedimento, justificável, de despedimentos nesta fase por parte dos empregadores, por ausência no local de serviço; e um conjunto de medidas que visam substituir as actividades informais pelas formais — teimosia do governo em persistir nesta matéria com os mesmos métodos. Veja que os ursos vão onde tem doce, o que significa dizer que é preciso pôr doce no exercício das actividades formais para atrair quem está na economia informal com incentivos monetários, fiscais e administrativos. Estas medidas não surtirão qualquer efeito se não for criado um grupo técnico — pedagógico — para acompanhar a sua execução e prestar todo o apoio necessário às instituições. Além disso, a população deve observar de forma rigorosa todas as medidas decretadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Com estas medidas, o governo estará certamente a garantir a continuidade dos empregos das famílias, mantendo as empresas em funcionamento.

Fig. 01: Circuito Económico



Fonte: Adaptação de literaturas económicas

Escolas e Instituições de Ensino Superior — privadas

Escolas e instituições de ensino público e privados devem continuar a fornecer os seus serviços habituais, com recurso aos dispositivos tecnológicos e à Internet. Não é possível que, nos dias de hoje, algumas escolas e Instituições de Ensino Superior (IES) não estejam preparadas para lidar com o uso de novas tecnologias. Parece-me surreal quando alguns dos seus patronatos e gestores estudaram no formato semipresencial ou, se preferirmos, estudo à distância, em outras realidades. É lamentável que até o uso da biblioteca não seja virtual, obrigando o estudante a deslocar-se. Como o país poderá avançar no campo tecnológico? Se a instituição que ensina, forma e capacita está despreocupada com estes meios, não me espantará que tenhamos engenheiros incapazes de servir a saúde com aparelhos que têm ajudado no bombeamento, de forma mecânica, do oxigénio aos pacientes com dificuldades respiratórias. Apesar de todos estes constrangimentos, que devem ser ultrapassados o mais breve possível, o governo deve criar um pacote próprio de financiamento e de subsídio para a manutenção dos salários e de outros custos de apoio as aulas à distância, pois vivem das mesmas aflições — ausência de rendimento.

O despertar do sector agro-industrial

Será desta vez a que o país fará funcionar o sector?

Seria uma grande oportunidade, ainda que não para exportação, mas que servisse para o consumo interno, e abdicar da importação, até porque alguns destes produtos são cancerígenos, e aproveitar o momento para dinamizar as indústrias, as fazendas, as

cooperativas, uma vez que o mundo se isolou face à pandemia da Covid-19. Chegou a hora de equilibrarmos a nossa balança comercial.

O sector em questão deve funcionar a todo o vapor, uma vez que o mundo poderá enfrentar a escassez de alimentos e de outros bens. Implemente-se o pacote de alívio económico aprovado pelo executivo, em parte tarde, mas antes tarde do que nunca, e com alguns ajustes, para responder de forma eficaz e eficiente, podendo contrariar a previsão feita pela Organização das Nações Unidas (ONU), que prevê nos próximos tempos, face à Covid-9, uma crise alimentar no país.

O governo, no acto da implementação destas medidas, deve consultar a classe empresarial, a voz da experiência e os académicos, para que de facto estas medidas não sejam mais daquelas que o país tem, bonitas e volumosas, onde se põe em cheque todo o esforço do executivo em termos de tempo, recursos e cérebro. Por outro lado, é preciso que sejam eliminadas rapidamente as «burro-cracias» e que se afastem alguns governantes que não se definem o que pretendem ser — servidores públicos ou «gove-negócio» — porque criam grandes alaridos com empresas amadoras, tudo porque pretendem ser agraciados com financiamentos das linhas de créditos disponíveis nestes programas.

Considerações finais

É deveras importante a intervenção do executivo, neste momento, aproveitar a situação para redefinir melhor as suas prioridades e continuar a efectuar cortes nas despesas em relação aos ministérios, sobretudo enxugando-os cada vez mais, mas não basta este aparamento, é necessário que os responsáveis por estas pastas sejam competentes, habilidosos, virtuosos e proactivos, sendo jovens ou não.

Uma palavra ainda para a educação: é urgente e imperioso que se redefina melhor o sistema de ensino no país, adoptando as melhores práticas e fazendo uso das tecnologias, preparar o profissional não somente para o emprego para o qual se destina, mas também para as adversidades da vida.

Uma população instruída faz toda a diferença, responderá ou contrariará as políticas do governo, caso se sintam lesados, e é isso que se pretende, que não tenham medo de

contradizer, com substância. Pior são os casos que não reajam, como muitas das vezes se verificou, o que retardou o país na metade do período da independência.

Os tempos mudaram, o executivo é outro, apesar de ter o mesmo rosto, mas está na altura de o levarem a sério. É preciso tornar rapidamente as oportunidades identificadas como fonte de rendimentos, devidamente exploradas pelo empresariado local, ou caso contrário este será engolido pela concorrência externa, já que se pensa em dinamizar o comércio no âmbito da zona de comércio livre da SADC.

Se não foi o conflito armado, então não será a Covid-19 a fazer os angolanos rastejar. O país está no caminho certo e num momento ímpar da sua fase. Aos poucos vão acontecendo factos que outrora seriam imagináveis, não porque os angolanos falharão, mas porque foi mister que tudo acontecesse daquele forma. Agora é a oportunidade de «melhorar o que está bem e corrigir o que está mal», tornando o governo mais inclusivo, ainda que, para tal, tenha de se contar com indivíduos de ideologia diferente, desde que reúnam competências, habilidades, proactividade e sentido de responsabilidade para com a pátria, pois o país precisa de cérebros e não de lerdos.

Referências bibliográficas

Angola e Moçambique em risco de fome «de proporções bíblicas», avisa ONU.

Disponível em: <https://pt.euronews.com/2020/04/22/angola-e-mocambique-em-risco-de-fome-de-proporcoes-biblicas-avisa-onu>

Alívio económico. Disponível em: <https://alivioeconomico.org/apoio-financeiro/>

Covid-19: ONU alerta para risco de escassez alimentar. Disponível em:

<http://jornaldeangola.sapo.ao/mundo/covi-19-onu-alerta-para-risco-de-escassez-alimentar>

Covid-19: Ensino universitário em tempos de isolamento. Disponível em:

<http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/covid-19-ensino-universitario-em-tempos-de-isolamento>

Governo adopta 21 medidas para aliviar o impacto da Covid-19 sobre as famílias e as empresas. Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=49779>

Guia da OMS: Como se proteger da Covid-19 no local de trabalho? Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/02/1705631>

ONU alerta para risco de escassez de alimentos em países dependentes de importação. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/mundo/onu-alerta-para-risco-de-escassez-de-alimentos-em-pa%C3%ADses-dependentes-de-importa%C3%A7%C3%A3o-1.410188>

O que está por trás da queda de braço entre Arábia Saudita e Rússia. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/o-que-esta-por-tras-da-queda-de-braco-entre-arabia-saudita-e-russia/>